FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES

CONSULTA PÚBLICA N° 04/2019 - DE 18/02/2019 a 04/03/2019

NOME: Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A (“Refit”)

|  |  |
| --- | --- |
|  ( X ) agente econômico  ( ) consumidor ou usuário |  ( ) representante órgão de classe ou associação ( ) representante de instituição governamental ( ) representante de órgãos de defesa do consumidor |
| Consulta Pública sobre a proposta da Resolução que dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de dados de preços relativos à comercialização de derivados de petróleo, gás natural e biocombustíveis e dá outras providências. |
| ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
| **Ementa** |  - | **Promoção da transparência no setor de combustíveis**Todas as iniciativas da Agência para se ampliar a transparência das relações no setor de petróleo e gás são importantes para o mercado e, principalmente, para os consumidores finais dos produtos. Assim, reconhecemos o esforço da ANP em trazer novamente o assunto da obrigatoriedade da apresentação da composição de preços como forma de promover uma modificação do atual *status quo* do setor de combustíveis, visando a melhoria do ambiente de negócios para os agentes que atuam neste mercado. Apenas com regras claras, coesas e factíveis será possível a atração de investimentos e a garantia da segurança jurídica das empresas da cadeia de produção de combustíveis. A necessidade de aprimoramento das regras hoje vigentes nesse setor com tantas deficiências é latente de modo a fomentar um ambiente de mercado competitivo e livre. Contudo, algumas disposições divulgadas pela ANP devem ser revistas e repensadas com o setor e consumidores, de forma a promover um aprimoramento regulatório que seja factível e atinja os seus objetivos de abertura do mercado e atração de investimentos, bem como que beneficie o consumidor final dos produtos. Algumas dessas disposições já estão sob análise dos técnicos da ANP, como a possibilidade de venda direta e a revisão da norma da fidelidade à bandeira, as quais devem ser retomadas em breve para que haja a efetiva mudança, bem como a divulgação dos preços praticados, objeto desta Consulta Pública. |
| **Art. 2º** | “Art. 2º. Para os fins desta Resolução, ficam estabelecidas as seguintes definições:I – agente dominante: agente ou grupo econômico que tenha participação de mercado na etapa de fornecimento primário, via produção ou importação, superior a 20% (vinte por cento), ou intermediário como agente distribuidor, que represente mais de 10% (dez por cento), contabilizada em termos de volume de produto comercializado no ano anterior, para cada derivado de petróleo, em ada macrorregião política do país, conforme definição do Instituo Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);” | **Necessidade de aplicação da norma a todos os elos da cadeia produtiva**Dentro da cadeia produtiva dos combustíveis, é importante que se tenham informações completas de todos os agentes que influenciem na composição do preço final. Assim, a Minuta, ao definir a expressão “agente dominante”, não abrange a totalidade das relações e não indica a realidade do mercado. Deve-se, portanto, ampliar para incluir todos os agentes que diretamente intervêm na formulação dos preços dos combustíveis. Sabe-se que as distribuidoras, principalmente as que detêm *Market share* expressivo, são agentes responsáveis por grande parte da oneração dos combustíveis para o consumidor. Desta forma, é necessário incluí-los no conceito de “agente dominante” para que a norma seja eficaz e possa representar a totalidade dos equívocos existentes no mercado.  |
|  **Capítulo II** | DA PUBLICIDADE DO PREÇO DE LISTA PELOS PRODUTORES ~~E~~, IMPORTADORES E DISTRIBUIDORES DE DERIVADOS DE PETRÓLEO | **Inclusão de todos os elos da cadeia produtiva** A nova proposta da Agência, ao instituir obrigações para os produtores e importadores, deve ser estendida para os agentes distribuidores. Isto porque, em consonância com a sugestão acima, as distribuidoras também detêm grande influência na formação do preço final, devendo ser um agente a ser considerado neste aspecto. A norma deve ser garantida a todos os participantes da cadeia produtiva dos derivados de petróleo, de forma a melhorar, de fato, o ambiente de negócios no setor de forma plena.A igualdade no tratamento dos agentes deve ser respeitada, bem como a aplicabilidade da norma a todos os que forem responsáveis pela formulação dos preços, resultando no melhor preço final ao consumidor.  |
| **Art. 3º** |  - | **Divulgação dos preços praticados pelos produtores, importadores e distribuidores para o mercado**A atual Minuta foi pensada como instrumento de ampliação da transparência de preços para “proteger os interesses dos consumidores e promover a livre concorrência” (Nota Técnica SDR/ANP nº 068/2018). Esses dois pilares devem ser analisados como forma de progresso para o mercado e composição justa dos preços. Para que a norma se torne efetiva e cumpra seu papel, é necessário que as informações prestadas pelos agentes do mercado (os produtores, importadores e distribuidores) sejam divulgadas, de modo a facilitar o acesso ao público – consumidores e agentes e mercado – e favorecer a fiscalização.Os princípios da atividade econômica de livre concorrência e defesa do consumidor (incisos IV e V do art. 170 da Constituição Federal) devem nortear o legislador neste momento de transformação legislativa. Incluindo-se todos os elos da cadeia, não apenas se respeitarão os princípios constitucionais, mas também serão eliminadas distorções presentes nas relações atuais. Divulgando-se os preços praticados, restarão expostos relevantes instrumentos de análise comparativa. Tal igualdade de tratamento, além de garantir maior transparência no processo decisório de formação do preço dos derivados de petróleo, gás natural e biocombustíveis, também prestigia o direito básico do consumidor de ter acesso à “informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço”, conforme preceitua a Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). Assim, apoiamos a intenção da Agência para divulgação das informações (preços de lista) em sítio de internet de fácil acesso.  |
|  **Art. 6º** |  Art. 24, §4º. Após a homologação dos contratos de fornecimento de gasolina A, de óleo diesel A, de óleo diesel marítimo e de OCTE, **~~qualquer alteração de suas condições~~** alterações materiais que venham a afetar o escopo do contrato dever~~á~~ão ser submetidas a nova homologação da ANP, que se pronunciará conclusivamente em até 30 (trinta) dias, exceto no caso previsto no §5º. | **Homologação de contratos celebrados entre produtor e distribuidor**A intenção da sugestão ora proposta é diminuir a margem para questionamento e garantir a segurança jurídica na aplicação da norma, com o objetivo de promover a devida eficiência do serviço público. Compreendemos, respeitamos e concordamos que o órgão regulador é o responsável por homologar os contratos como forma de exercer a sua fiscalização. Porém, entendemos que, quando houver a homologação do contrato, apenas uma alteração substancial deva ser submetida novamente à analise da ANP. A intenção em se obrigar a homologação de “qualquer alteração de suas condições” gera retrocesso e insegurança jurídica na medida em que desde pequenas a grandes alterações contratuais deverão ser submetidas à análise da Agência.Além disso, apenas após a homologação da nova alteração contratual é que as partes poderão cumprir o novo instrumento de trabalho. Essa medida, portanto, engessa o setor e não garante a liberdade mínima contratual necessária para que boas relações sejam incentivadas. A alteração sugerida gerará mais eficiência e garantirá a segurança jurídica na relação entre partes. A nova redação evita contradições futuras e agiliza o processo de homologação da ANP. |
|   |   |   |

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: *transparencia\_precos@anp.gov.br*, fax (21) 2112-8129, ou diretamente em um dos protocolos da ANP indicado no item 2.1 do Aviso dessa Consulta Pública.